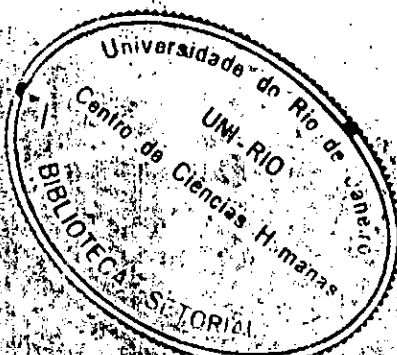


1304

UNI-RIO
BIBLIOTECA CENTRAL



GLACITA APARECIDA TRAVASSOS NUNES

revisada

A CIDADANIA NA ESCOLA DE 1º GRAU: A REALIDADE
DO CURRÍCULO BÁSICO NAS ESCOLAS
OFICIAIS DO MUNICÍPIO DO
RIO DE JANEIRO

31/II

Monografia apresentada à
Escola de Educação da
Universidade do Rio de
Janeiro em cumprimento
ao requisito parcial pa-
ra conclusão do curso de
licenciatura plena em
Pedagogia

Orientadora: a D^{ca}
Nilci da Silva Guimarães

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO - UNI-RIO

Rio de Janeiro

2º semestre de 1991

"Pedagogicamente, cidadania
é o encontro do Mestre e do
Aluno na encruzilhada for-
mada pela verticalidade da
lei e dos deveres e a hori-
zontalidade da democracia e
dos direitos".

Rosa Maria

Niederauer

Tavares

Cavalcanti

. A DEUS e NOSSA SENHORA APARECIDA que me deram forças para prosse-
guir neste longo percurso.

. A minha professora orientadora NILCI DA SILVA GUIMARAES pela de-
dicação e amizade,

. Aos MEUS PROFESSORES que nestes quatro anos me incentivaram, im-
buídos dos sentimentos mais nobres.

. A CHEFIA e as EQUIPES da Divisão de Currículo e Avaliação do de-
partamento de Ação Pedagógica da Secretária Municipal de Educação do Rio
de Janeiro pelo respeito e atenção,

. A minha FAMÍLIA na figura de meu PAI ROBERTO e de minha MÃE IZELINA
(post mortem) pela força interior

. As minhas FILHAS CLAUDIA e CRISTIANE que com amor, compreensão e
respeito me incentivaram e me deram forças para prosseguir na realização
do meu ideal,

MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS

RESUMO

A presente Monografia preocupou-se em investigar os modos pelos quais a cidadania está inserida no currículo da escola de 1º Grau.

Para tanto analisou o documento básico que orienta as Escolas da Rede Oficial da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro_SME/RJ e entrevistou profissionais envolvidos na divulgação e implementação do referido documento.

Os resultados indicaram que o documento Fundamentos Curricula-
res enfatiza o compromisso que a sociedade atual exige da Educação em relação à formação de um cidadão crítico, reflexivo e participativo. Demonstraram que a Secretaria Municipal de Educação não vem atingindo, de maneira uniforme, a totalidade das escolas da Rede, em termos da implementação das idéias expressas no documento oficial. Foi identificado ainda, que a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, por diversas razões, não conseguiu manter um acompanhamento eficaz da implementação da sua proposta pedagógica.

RÉSUMÉ

Cette étude monographique a pris pour cible la recherche des manières dont la citoyenneté est insérée dans le curriculum de l'école de 1er degré.

Dans ce sens elle a analysé le document principal qui oriente les Ecoles du Réseau Officiel de la Secretaria Municipal de Educação de Rio de Janeiro - SME/RJ et on a réalisé des interviews avec des professionnels voués à la diffusion et à l'implémentation de ce document - ci.

Les résultats ont indiqué que le document Fundamentos Curriculares met en relief le compromis que la société actuelle exige de L'Education quant à la formation d'un citoyen critique, réflexif et engagé. Ils ont démontré que la Secretaria Municipal de Educação n'a pas encore atteint, d'une manière uniforme, la totalité des écoles du réseau, en ce qui concerne L'implémentation des idées exprimées dans le document officiel. On a encore mis en évidence que la Secretaria Municipal de Educação de Rio de Janeiro, pour des différentes raisons, n'a pas réussi à suivre, d'une manière efficace, le procès d'implémentation de sa proposition pédagogique.

SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Problema	2
1.2. Variáveis do Estudo	3
1.3. Objetivos	4
1.4. Questões a Investigar	4
1.5. Relevância do Estudo	4
1.6. Organização do Restante do Estudo	5
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
3. METODOLOGIA	17
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	19
4.1. A Questão da Cidadania no documento básico que norteia o currículo da Rede Oficial de Ensino-SME/RJ	19
4.1.1. A Fundamentação Teórica dos Fundamentos Curriculares ...	19
4.1.2. A Fundamentação Teórica dos diferentes componentes curriculares	23
4.1.3. Os objetivos apresentados pelos diferentes componentes curriculares, e que direcionam o trabalho pedagógico para a questão da cidadania	31
4.2. Opiniões dos elementos do Nível Central da SME/RJ sobre a divulgação e implementação do documento oficial	37
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	
5.1. Conclusões	47
5.2. Recomendações	48
ANEXOS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1. INTRODUÇÃO

No primeiro semestre de 1988, a autora do presente trabalho iniciou o curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO. Já que exercia o Magistério há dezoito anos, lecionando há dezessete em Escolas da Rede de Ensino Oficial do Rio de Janeiro, ocorreu a oportunidade de conhecer a Nova Proposta Curricular do Município do Rio de Janeiro, lançada, naquela mesma época, pela Secretaria Municipal de Educação - SME/RJ(1988).

Esse documento chegou às escolas e, por conseguinte, às mãos dos professores, com intuito de vir a ser discutido, visando ao levantamento de sugestões a respeito do que, efetivamente, deveria ser reformulado nos currículos de 1º Grau.

Os professores, preocupados com a decadência do ensino público, procuraram ler e discutir o documento, tentando oferecer sugestões, que foram enviadas, pelas unidades escolares, à Secretaria Municipal de Educação, para as quais entretanto não receberam resposta.

A falta de informações, por parte da Secretaria Municipal, em relação ao andamento do trabalho, deixou os professores decepcionados.

Havendo a Secretaria Municipal de Educação calado, por longo tempo, a respeito do documento, cessando o fluxo de informações, ocorreu a desmobilização do corpo docente das Escolas Oficiais de 1º Grau.

Durante o quarto período do Curso de Licenciatura em Pedagogia, a disciplina Metodologia da Pesquisa I tem, como requisito básico, a elaboração de um Projeto de Pesquisa. Ao cursar essa disciplina a autora da presente monografia viu surgir a Nova Proposta Curricular do Município do Rio de Janeiro, como um desafio, convertendo-se em objeto de estudo

para elaboração do referido Projeto.

A partir daí, cresceu a preocupação com a análise da Nova Proposta, não de uma maneira global, mas sim pela ênfase que conferia à questão da Cidadania. Assim sendo, não só o projeto, mas todos os estudos e trabalhos realizados no Curso passaram a ter o enfoque da formação dos cidadãos.

No ano de 1991, quando se procedeu à elaboração da Monografia de final de Curso, deu-se, nas Escolas Públicas do Município do Rio de Janeiro, a implantação do documento que a Proposta Curricular gerou Fundamentos para Elaboração do Currículo Básico das escolas públicas do Município do Rio de Janeiro - SME/RJ.

Verificou-se, então, a efetiva oportunidade de aprofundar o estudo em relação à cidadania, não só desenvolvendo a análise do texto dos atuais Fundamentos para Elaboração do Currículo Básico das escolas Públicas do Município do Rio de Janeiro, confrontando-o com o documento original - Proposta Curricular, mas também analisando os mecanismos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação para divulgação e implementação do documento nas escolas.

1.1. Problema

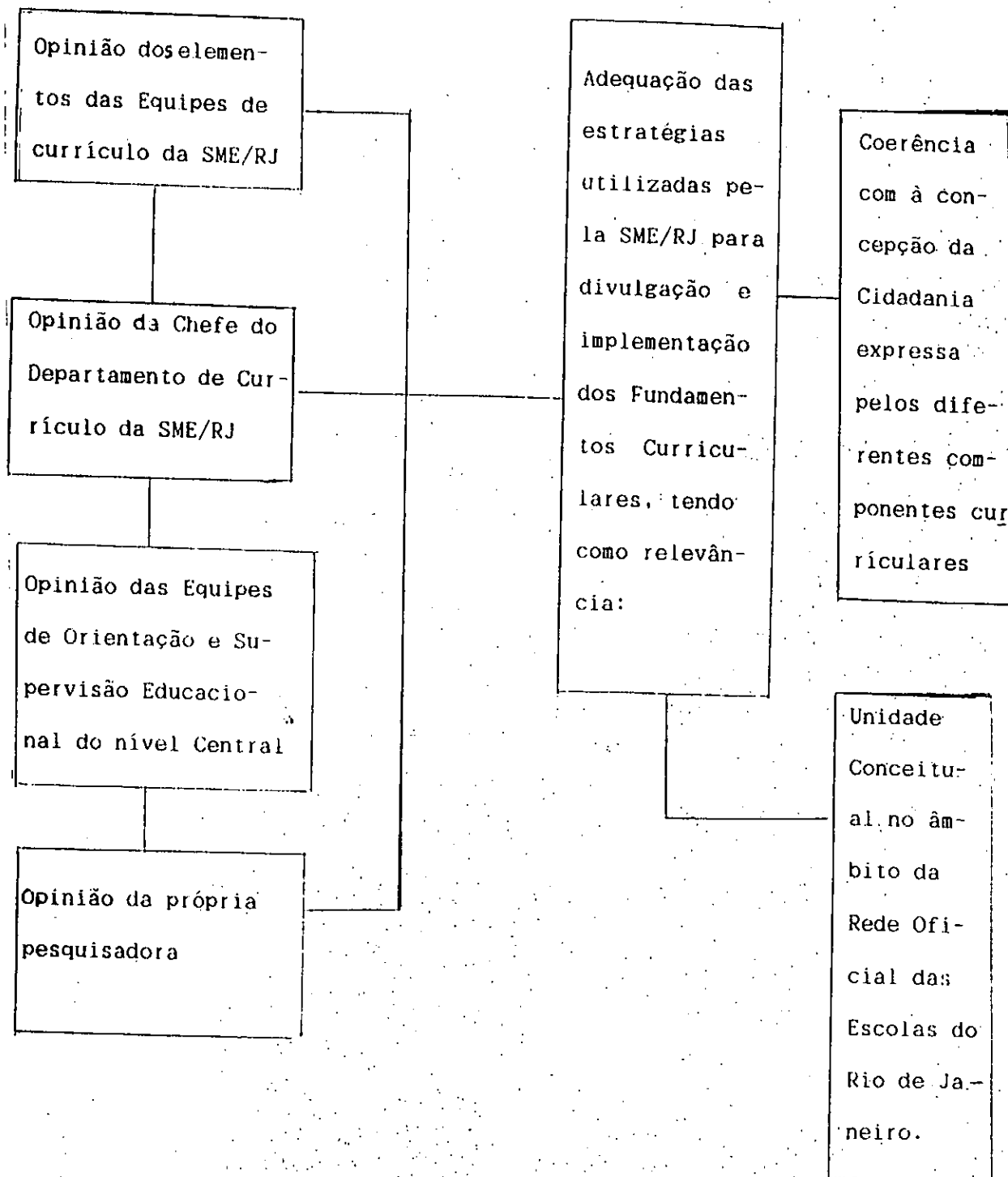
Pretendeu-se investigar a adequação das estratégias utilizadas pelas equipes da Secretaria Municipal de Educação para divulgação e implementação dos Fundamentos Curriculares, em termos da coerência com as concepções de cidadania expressas no documento, e da preocupação com a manutenção de uma unidade conceitual, no âmbito das Escolas Oficiais do Município do Rio de Janeiro.

1.2. Variáveis do Estudo

Apresentam-se, no quadro a seguir, as variáveis independentes e dependentes do estudo.

Variáveis Independentes

Variáveis Dependentes



1.3. Objetivos

O presente estudo teve como objetivos:

- Examinar o texto dos atuais Fundamentos Curriculares(1991), no que diz respeito à compreensão e a coerência do conceito de cidadania, nos diferentes componentes curriculares.
- Verificar a consistência interna das estratégias empregadas, pela Secretaria Municipal de Educação, na divulgação e implementação dos Fundamentos Curriculares.

1.4. Questões a investigar

Para se alcançar os objetivos do estudo pretendeu-se responder as seguintes questões:

- Como os Fundamentos Curriculares enfatizam o compromisso que a Escola deve assumir, na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres?
- Em que medida o atual documento poderá contribuir, para que as escolas seconscientizem do seu papel na formação do cidadão?
- Qual a visão das Equipes de currículo da Secretaria Municipal de Educação a respeito da receptividade, pelas escolas, em termos das idéias propostas sobre cidadania nos Fundamentos Curriculares?
- De que maneira a Secretaria Municipal de Educação tem realizado divulgação e implementação dos Fundamentos Curriculares nas escolas da Rede Oficial do Rio de Janeiro?
- Até que ponto as Equipes de Currículo da Secretaria Municipal de Educação estão mobilizando os docentes em relação a questão da cidadania?

1.5. Relevância do Estudo

Considerou-se relevante o tema proposto para esta Monografia, uma vez que ela pode fornecer subsídios para o aprimoramento do processo

de implementação dos Fundamentos Curriculares, no que diz respeito às conexões entre Educação e Cidadania.

Os resultados analíticos, que se pretendeu atingir, poderão fornecer indicadores para a manutenção das estratégias empregadas pela Secretaria Municipal de Educação ou para o oferecimento de sugestões, sob a forma de estratégias pedagógicas, para melhor viabilizar tal implementação, de modo a se alcançar uma unidade de concepção no conceito de cidadania.

1.6. Organização do Restante do Estudo

O capítulo de Revisão Bibliográfica apresenta como diversos autores entendem a questão da cidadania, investiga a Legislação Brasileira que trata do assunto e ainda como alguns educadores vêem a formação do cidadão, pela escola.

No capítulo da Metodologia, descrevem-se os procedimentos metodológicos empregados no estudo. O capítulo a seguir compreende a discussão dos resultados do trabalho. O último capítulo apresenta as conclusões e recomendações do estudo.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para a realização da presente Monografia, procurou-se embasamento em diversos autores e nas leis que tratam do desenvolvimento da Cidadania pelo povo brasileiro.

Em sentido genérico, para Bogomoletz(1990), "cidadania, o exercício da qualidade de cidadão, é a ação contínua ou intermitente do habitante da cidade"(p.31).

Já para Valadão(1986), a cidadania é o vínculo político, apropriado ao gozo nacional dos direitos"(p.436). No Novo Dicionário da Língua Portuguesa, é definida como "a qualidade ou estado de cidadão" (p.348), referindo-se"ao indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este" (p.439).

Coelho(1990) argumenta que, "cidadania é, antes de tudo, uma qualidade política conquistada através de prática consciente e fundamento base na construção de uma democracia participativa"(p.6). Esse conceito não se enquadra na concessão de direitos civis, políticos e sociais já conhecidos.

Segundo Maccalóz(1990), "cidadania é um conjunto de direitos e obrigações, cumpridas essas, nada pode impedir que aqueles sejam exercidos"(p.76). Assim, a cidadania sai de posições estáticas para constante agir e interagir. Deve buscar a igualdade de oportunidades e direitos para que todos tenham propriedade, saúde, educação, cultura, acesso a todas informações.

Trein(1990) definiu cidadania como "o direito a ter direitos" (p.118), exercendo-se a cidadania na direção da democracia.

Já o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio

Vargas(1986) define cidadania "como estatuto do relacionamento entre o indivíduo e a sociedade política, o Estado. O indivíduo deve obediência ao Estado que por sua vez lhe deve proteção." No mesmo texto, a cidadania aparece "com o estatuto do cidadão numa sociedade, estatuto baseado na regra da lei e no princípio da igualdade"(p.177).

Possuir a cidadania, para Luckesi(1986), "não é o simples fato de estar registrado geopoliticamente dentro de uma nação, nem tão pouco é a garantia dos direitos na formalidade da lei"(p.34).

O último autor mencionado também refere-se ao exercício da cidadania:

Como a concreta e histórica realização dos direitos, seguida da possibilidade de realizar os deveres [...] de um lado, a realização dos direitos civis(liberdade de pensar; liberdade de expressar-se, de ir e vir, etc); implica a realização dos direitos políticos; e finalmente, a realização dos direitos sociais (direito ao trabalho, à alimentação, à moradia, à educação, à saúde, ao lazer, etc...). Por outro lado a cidadania implica também na realização concreta dos deveres(p.35).

Tratando de direitos e deveres, Lucci(1980) entende " cidadão como membro de uma comunidade nacional, sujeito aos deveres por ela impostos, gozando dos direitos por ela atribuídos"(p.78).

Dutra (1986) faz referência a um dever que, segundo ele,

Normalmente não consta do rol daqueles que são destacados pelas autoridades e por quantos preocupam-se em desenvolver a cidadania pelo aspecto das

obrigações. É ele o dever de lutar pelo respeito e pelo exercício de seus direitos; o dever de ser cidadão na íntegra, em pleno desempenho de suas relações, como indivíduo e como ser social. Daí é que surge a cidadania como consciência e prática de agente do próprio destino, dos destinos de sua classe, de agente da história(p.187).

Fazendo um paralelo embasado no que diversos autores dizem a respeito das diferentes Constituições que já teve o Brasil, viu-se que Bortoli(1972) refere-se aos direitos e deveres do cidadão, transcrevendo o que reza o artigo 153 da Constituição Brasileira de 1969: "Todo homem tem dever de trabalhar e o direito pago pelo seu trabalho"(p.41).

Duarte(1982) comentando a Constituição Brasileira de 1969 afirma "a nacionalidade é condição para o exercício da cidadania, a Constituição começa a regulamentação dos direitos políticos pela nacionalidade"(p.95).

Já para Barreto, citado por Bertoldi(1986), "a Constituição é a lei maior de um povo. Nada nem ninguém, pode passar por cima da Constituição." É ele quem afirma:

A Constituição é uma lei bem geral, que não esmiúça os direitos. Ela trata dos direitos fundamentais, que são os principais direitos do povo. Ela garante o direito de viver como gente, o direito de liberdade para todos(p.65).

É ainda a mesma autora, falando do papel da lei máxima do País, quem afirma que "ela trata, também, das obrigações das autoridades. Ela tem de servir a todo o povo, garantir o direito de todo nós"(p.65).

Conclui-se, do que foi visto acima, que a Constituição marca os deveres fundamentais e que os direitos vêm entrelaçados com os deveres, obrigações e responsabilidades.

A atual Constituição Brasileira(Governo Federal, 1988) refere-se à questão da cidadania em alguns de seus artigos. O artigo 5º deixa claro que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade de direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à prosperidade.

Ainda tratando dos direitos do cidadão, o artigo 6º determina:

São direitos sociais a educação, à saúde, o trabalho, o lazer, à segurança, à previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O texto do artigo 68 dessa mesma Constituição estabelece

Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado

Federal , a matéria reservada a lei complementar, nem a legislação sobre:[...] nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.

Já o artigo 205 apresenta o preceito de que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A lei 4024, de 20 de dezembro de 1961, que se analisou publicada em anexo em obra de Brejon(1977), e que representou, na época de sua publicação, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresenta a questão da cidadania em um dos seus artigos.

O artigo 1º reza:

A educação nacional inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade.

Cavalcanti(1989) afirma que:" a 4024/61 é uma versão ampliada e codificada do artigo 166 da Constituição de 1946, eloqüente em sua simplicidade". De acordo com esse artigo

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

A lei 5692, de 11 de agosto de 1971, que altera a lei 4.024/61, em seu artigo 1º, trata da questão da cidadania:

O ensino de 1º e 2º graus têm por objetivo geral, proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Tendo efetuado a coleta de diferentes conceituações do termo cidadania, encontradas no início deste capítulo, e tendo apresentado algumas determinações legais, partiu-se para a revisão do que a literatura apresenta sobre essa questão, na prática educacional.

Segundo Piletti (1987),

Muitas vezes os professores julgam que eles só têm direitos, enquanto aos alunos sobram apenas os deveres. Se na escola, na prática diária, professores e alunos souberem compreender seus direitos e deveres, certamente saberão cumprir suas obrigações perante a sociedade e exigir do Estado e dos outros indivíduos o respeito aos

seus direitos (p.59).

Percebe-se que cabe, então, ao professor, compreender que tanto ele, quanto seus alunos, têm direitos e deveres, que devem ser cumpridos e também respeitados.

O último autor mencionado, também refere-e ao exercício consciente da cidadania:

[...] o que caracteriza o cidadão é a sua participação na vida social, nas decisões que dizem respeito ao desenvolvimento da comunidade e do país. Todo cidadão tem direitos. Cabe-lhe, em primeiro lugar conhecer esses direitos e deveres(p.59)

Questiona se, dentro das escolas, ocorre a estimulação e a preparação para o exercício consciente da cidadania. Afirma ele:"é participando que se aprende a participar"(p.58).

Rodrigues(1986) parece concordar com o pensamento de Pillet quando diz:

Preparar o homem cidadão significa , dotá-lo de condições de conhecimento de condições de fazer sua própria opção de definir as diretrizes de sua vida, de analisar e julgar os que decidem em seu nome. Torná-lo capaz, enfim, de compreender a realidade do mundo moderno(p.65).

Ainda Rodrigues enfatiza que

A escola tem que preparar o cidadão para o exercício pleno

da cidadania, que corresponde à capacidade de analisar e compreender a realidade crítica-la e atuar sobre ela, enfim, de adquirir o senso de liberdade(p.65).

Este último autor vê a consciência crítica emergir da "realidade vivida" e afirma:

A possibilidade do indivíduo fazer opções depende do grau de liberdade que tem [...], nesse sentido a escola tem que abrir a possibilidade de opção para o educando, inclusive de opção política, tem que abrir o grau de liberdade de sua atuação. Para tanto, é fundamental o modo como a escola pratica a democracia(p.65).

A política educacional é, por isso mesmo, entre todas as demais políticas sociais, a que menos previsibilidade permite, deixando para o futuro espaços de liberdade.

Em publicação do Ministério de Educação e Cultura_MEC(1989), "a alfabetização é vista como o bê-á-bá da cidadania e o analfabetismo deve ser combatido no próprio sistema regular de ensino"(p.5). Não se trata de uma meta, mas sim de

Um ideal político que prescreve a alfabetização como o primeiro passo, o bê-á-bá para o reconhecimento e o exercício pleno da cidadania(p.5).

A mesma fonte ainda entende que:

A educação, vista como um direito social, é tão importante quanto qualquer dos direitos políticos que por sinal, tendem a naufragar se não forem sustentados por um efetivo e determinado zelo pelos direitos sociais(p.8).

A publicação do MEC cita, também, a atual Constituição, quando ela determina que o analfabetismo será erradicado do país no prazo de dez anos.

Percebe-se que a alfabetização é vista como básica para o exercício da cidadania e, para que o cidadão possa exercer o seu verdadeiro papel na sociedade, é necessário que ele seja imbuído desse espírito, desde os seus primeiros passos dentro da escola.

Segundo Trein(1990), isso ocorre:

Na medida em que o saber transmitido pela escola pode ser verdadeiro e assim eficaz, é que ela, de instrumento da classe dominante[...], tem a possibilidade de ser um meio para a apropriação de conhecimento por parte dos dominados que leve ao desmascaramento da própria dominação(p.118).

Para a autora em foco:

Romper com os mecanismos de dominação, recuperar espaço político, tornar mais equitativa a distribuição

do poder, exercer a cidadania no seu sentido próprio é o desafio e ao mesmo tempo a conquista a ser realizada na direção da democracia (p.118).

Trein(1990) ressalta o papel da educação popular dentro do contexto aqui analisado afirmando que o desafio, para a educação popular dos anos 90:

é levar até as suas últimas consequências as conquistas já realizadas e integrar em sua prática conteúdos que permitam aos membros das classes dominadas serem contemporâneas do saber científico e tecnológico de seu tempo. Só assim ela poderá contribuir efetivamente para o fortalecimento de cada indivíduo como cidadão e, portanto, com o próprio sentido da cidadania(p.123).

Existe uma articulação rica nas últimas décadas entre educação e movimento social. A educação não é nada sozinha; porém articulada com os segmentos da sociedade, é importante na consolidação das transformações que ocorrem.

Segundo Demo(1990):

Toda sociedade é marcada pela desigualdade social, podendo se entender cidadania e emancipação com o processo histórico de confronto

entre "iguais" e "desiguais".
O temor de cidadania é visível na habilidade com que cada sociedade maneja, administra desigualdade social, e nisto ela é mais ou menos cidadã(p.53).

Acrescenta Demo:" Cidadão é quem se capacita a conceber e realizar projeto próprio de desenvolvimento"(p.58).

As soluções sociais dependem do próprio sujeito social. É um processo de dentro para fora, como o é a educação.

Para que isso ocorra, entende-se que a escola deva participar da formação do cidadão, no momento que fornece uma base sólida de conhecimentos gerais, desenvolve um projeto educativo e oportuniza a vivência de relações sociais. Conclui-se que cabe necessariamente à escola formar indivíduos com vontade política, que tenham consciência dos próprios objetivos e visualizem seus direitos e deveres, assegurados pelo desenvolvimento da sua inteligência crítica.

3. METODOLOGIA

O presente capítulo ocupa-se dos procedimentos metodológicos aplicados nesta Monografia a saber: os métodos e técnicas adotados, os sujeitos do estudo, a instrumentação utilizada e o tratamento dado às informações coletadas.

Optou-se pela Pesquisa Documental, visando ao estudo do documento Fundamentos Curriculares(SME/RJ,1988) que já fora objeto de estudo em outro trabalho. Em virtude de a autora da presente Monografia atuar profissionalmente no 1º Grau, nas turmas da Classe de Alfabetização-CA até a 4ª série, delimitou-se a análise do documento, definindo-a, apenas, em relação a esse segmento do 1º Grau de Ensino.

Procurando alcançar a compreensão da dinâmica de divulgação e implementação dos Fundamentos Curriculares no que tange ao enfoque da Cidadania, procedeu-se à Pesquisa de Campo, o que permitiu lidar diretamente com as pessoas envolvidas na divulgação e implementação do documento em questão.

O processo de seleção dos sujeitos foi do tipo não-probabilístico intencional, escolhendo-se como respondentes os seguintes profissionais pertencentes à Secretaria Municipal de Educação que participaram da elaboração e implementação dos Fundamentos Curriculares: a Chefe do Departamento do Currículo e Avaliação; um elemento de cada Equipe Pedagógica dos diferentes componentes curriculares e das Equipes de Orientação e Supervisão Educacional-nível central.

A coleta de dados efetuou-se no 2º semestre de 1991.

Foram utilizados quatro instrumentos de coleta: Roteiro de Análise(Anexo1) e Roteiros de Entrevistas(Anexos 2,3e 4).

O roteiro de Análise foi construído com o objetivo de desenvolver a Pesquisa Documental e os Roteiros de Entrevista serviram como orientadores à Pesquisa de Campo. Optou-se por realizar uma Entrevista semi-estruturada, que possibilitou a ampliação da coleta de dados, quando se percebeu a necessidade de aprofundamento maior das informações, a partir das respostas dadas pelos respondentes.

Os Roteiros de Entrevista foram submetidos à Validação de Conteúdo. Para tanto, foram apreciados por 03(três) professores da disciplina Metodologia da Pesquisa.

Os dados coletados nas entrevistas foram tratados qualitativamente, confrontando as respostas dadas pela Chefe de Departamento, pelos elementos das Equipes Técnicas e pelos profissionais das Equipes de Orientação e de Supervisão Educacional.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentam-se a seguir em duas seções os resultados do estudo, relacionando-os à Revisão de Literatura, quando assim for necessário.

A primeira seção preocupou-se com o enfoque dado pela Secretaria Municipal de Educação ao trabalho que as Escolas Municipais devem desenvolver, ao tratar, no Currículo de 1º Grau, da questão da cidadania. Para tanto analisou-se o atual documento oficial - Fundamentos Curriculares (SME/RJ, 1991). Realizou-se, ainda, comparação do seu texto com a orientação dada no documento inicial - Proposta Curricular (SME/RJ, 1988).

A segunda seção procurou alcançar a compreensão da dinâmica de divulgação e implementação dada pelo nível central da Secretaria Municipal de Educação, em relação ao atual documento oficial.

4.1. A Questão da Cidadania no documento básico que norteia o currículo da Rede Oficial de Ensino - SME/RJ.

Como se pretendia verificar, no presente estudo, como a Secretaria Municipal de Educação vem orientando, por meio dos Fundamentos Curriculares, o compromisso que a Escola deve assumir, na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, realizou-se análise do texto desse documento, ainda comparando-o com o documento inicial - Proposta Curricular, havendo oportunidade de observar possíveis reformulações efetuadas.

4.1.1. A Fundamentação Teórica dos Fundamentos Curriculares

Inicialmente, analisou-se, nos referidos documentos, tanto a carta introdutória escrita aos professores pelo Secretário de Educação em exercício na época em que foi construída a Proposta Curricular, quanto a carta escrita pela Secretária de Educação e a apresentação feita pelos profissionais que exerciam a Direção dos Departamentos da Secretaria

Municipal de Educação, quando foram lançados os Fundamentos Curriculares. Por meio dessa análise, verificou-se que a Secretaria de Educação dá grande ênfase à questão da cidadania, como aspecto a estar presente nos Currículos desenvolvidos nas unidades escolares.

Na opinião daquele Secretário de Educação, há necessidade de que nos currículos

seja preservado o perfil de uma educação que garanta a democratização do saber historicamente acumulado, ministrado numa base comum de conhecimento para todos.

Esta é a fundamentação mínima da cidadania; um direito inalienável (p.3).

Em relação ao atual documento, ficou claro que a Secretaria Municipal de Educação vê a "escola como espaço privilegiado para a conquista e exercício da cidadania" e que

faz-se necessário um estreitamento de laços entre a escola e o mundo em que está inserida: a articulação de seu interior, seu saber específico, com o exterior e o saber da população a que atende e serve.

Além disso vê-se ainda que "esta escola é possível, e somente ela será capaz de apontar caminhos para a construção de uma sociedade mais justa (p.1).

Segundo o texto do documento oficial, a Secretaria Municipal de Educação, após longo debate com o magistério, apresenta uma política educacional que tem, nos seus fundamentos filosóficos e metodológicos,

o compromisso da construção coletiva de uma sociedade justa, representando uma opção política em prol de uma educação democrática e de qualidade para a grande maioria da população, que é quem frequenta a escola pública(p.4).

Nos fundamentos filosóficos e metodológicos que sustentam os Fundamentos Curriculares, fica explícita a ênfase dada pela Secretaria Municipal de Educação à inclusão da cidadania nos currículos, tal como já ocorria no texto da Proposta Curricular. Nesse sentido, percebeu-se, nos dois documentos, objetivos integradores, que buscam a formação do cidadão, destacando-se os seguintes:

- (a) relacionar dados, fatos e conceitos das diversas Ciências, utilizando os conhecimentos adquiridos como instrumental de reflexão crítica sobre a realidade;
- (b) expressar sua postura crítica e sua criatividade, ousando se contrapor a estereótipos e padrões rígidos de ordem estética, social e cultural;
- (c) desenvolver sua autonomia possibilitando a dúvida e erro, encarando-os como possível passo para novos caminhos;
- (d) analisar criticamente o meio em que vive, reconhecendo-se nos diferentes grupos, de forma comprometida, através de ações e opções conscientes.

Deixando claro que o processo curricular inclui o momento da avaliação do rendimento obtido, os textos dos documentos ressaltam que a etapa de avaliação também propicia condições para o trabalho ligado à cidadania.

Nos Fundamentos Curriculares, a Secretaria Municipal de

Educação continua orientando no sentido de que a avaliação seja um instrumento contínuo para o aperfeiçoamento da prática pedagógica"(p.7), um mecanismo que não se centre no aluno, mas sim no rendimento de toda a ação desenvolvida pela instituição. A Secretaria Municipal de Educação indica ainda, nos dois documentos, que a avaliação deve ser participativa. Nos Fundamentos Curriculares, indicam que ela deve ser

um instrumento para diagnosticar a qualidade do trabalho realizado pela escola, caso a prática escolar esteja realmente comprometida com a transformação social e com o exercício da cidadania(p.7).

A partir dessas observações, conclui-se que a Secretaria Municipal de Educação entende que, ao participar do momento de avaliação, o aluno estará exercendo seu espírito criativo, inovador, crítico e, conseqüentemente, desenvolvendo-se para uma cidadania consciente.

Como já foi ressaltado no presente estudo, no Capítulo de Revisão de Literatura, é analisando e criticando a realidade que o aluno estará tendo a oportunidade de se preparar para o exercício da cidadania (Rodrigues, 1986).

Ao sugerir que a integração horizontal do currículo se viabilize através de um procedimento metodológico, os dois documentos indicam que o trabalho deve partir da prática social da criança, ou seja, de tudo aquilo que ela vive, reconhece, constata, sente e expressa. Tomando como pressuposto que a escola é, por excelência, o espaço para apropriação do saber sistematizado e que esse saber não se constroi a partir do nada, mas de algum conhecimento anterior, os dois documentos ressaltam que é necessário partir do universo cultural do aluno.

Conclui-se, assim, que a Secretaria Municipal de Educação entende que, dando acesso, a todos, ao conhecimento reservado a alguns privilegiados, a escola estará instrumentalizando os alunos para o exercício da cidadania. As poucas reformulações ocorridas na fundamentação apresentada pelo documento inicial só serviram para enfatizar esse posicionamento.

4.1.2. A Fundamentação Teórica dos diferentes componentes curriculares

Faz-se necessário relembrar que a presente investigação enfocou, apenas, a questão da cidadania nos currículos das turmas das Classes de Alfabetização_CA e nas de 1ª a 4ª série do 1º Grau.

Ao se analisar a parte referente à proposta da Alfabetização, percebeu-se que esta etapa é vista, nos dois documentos, como uma prioridade, pela Secretaria de Educação. Assim, a Escola Pública, desde as Classes de Alfabetização, deve se preocupar com a formação de um indivíduo consciente de seu papel político-social, capaz de discutir a realidade e analisá-la criticamente. A língua materna é elemento fundamental nesse processo. É na utilização competente desse instrumento de comunicação que o aluno encontrará formas de atuar no contexto social de maneira crítica e transformadora.

Tal postura coincide com a opinião do MEC(1989) descrita no texto da Revisão de Literatura, quando aquele Ministério deixa claro que essa conscientização, que é necessária ao indivíduo, deve começar nas Escolas Públicas, nas Classes de Alfabetização, como se fosse o bê-a-bá da cidadania.

Julgou-se que, no entender da Secretaria Municipal de Educação, é primordial que o analfabetismo seja erradicado do Brasil pois, alfabetizado, o povo terá maior oportunidade de exercer o verdadeiro sentido de cidadania e, assim, poderá reivindicar os seus direitos dentro da

sociedade.

Outro trecho, comum aos dois documentos, enfatiza um trabalho que favoreceria a formação da cidadania, recomendando que sejam propostas atividades aos alunos de forma a lhes permitir que estabeleçam a construção de relações grupais, onde cada um perceba sua importância individual na construção do grupo.

Dentre os pressupostos que fundamentam a proposta de Alfabetização, observaram-se os seguintes itens que deixam clara a preocupação da Secretaria Municipal de Educação com o desenvolvimento da cidadania:

- (a) é na utilização da Língua escrita, como instrumento fundamental para a apropriação crítica do saber formal acumulado, que o indivíduo encontrará melhores condições de interferir no contexto social como agente transformador;
- (b) o conhecimento se constrói através da utilização de estruturas mentais dentro de uma lógica interna própria de cada indivíduo e da inter-relação com o grupo;
- (c) a sala de aula deve ser vivida pelo aluno como espaço de livre expressão, de valorização, de respeito às opiniões divergentes e ao silêncio.

Percebeu-se ainda, com a presente análise, que a Secretaria Municipal de Educação manteve, nos Fundamentos Curriculares, a proposta inicial em relação ao trabalho a ser desenvolvido na Alfabetização.

Levando-se em conta que a aprendizagem se dá de forma globalizada, principalmente nas séries iniciais, e que, para tanto, é preciso que todos os componentes curriculares sejam trabalhados de forma integrada, propiciando ao aluno uma visão crítica da realidade e a construção do conhecimento na sua totalidade, passou-se a analisar a fundamentação teórica dos diferentes componentes do currículo (SME/RJ, 1991), ainda comparando-a com o texto da Proposta Curricular (SME/RJ, 1988).

Percebeu-se que a Secretaria Municipal de Educação vê o ensino de Língua Portuguesa como devendo priorizar a produção de textos (orais e escritos) e a leitura, permitindo ao aluno desenvolver seu potencial crítico-reflexivo, de forma que ele seja capaz de interagir com seu interlocutor de modo adequado e criativo.

Citando Pellegrino, a Secretaria de Educação ressalta que o uso da linguagem falada, e depois o da escrita, leva os seres humanos a se desenvolverem como sujeitos livres, capazes de transformar o mundo e inventar novos caminhos.

Integra-se, nesse processo de formação da cidadania, a Educação Física, que vê o aluno como agente de transformação, participando e atuando de forma livre e democrática, descobrindo-se como cidadão, trabalhando seu corpo inteiro como instrumento de expressão consciente na busca de sua liberdade e da superação de suas necessidades. Tal postura é percebida nos dois documentos analisados.

As brincadeiras, desenvolvidas com as crianças da CA e das quatro primeiras séries do 1º Grau, devem ser um instrumento de conscientização e desenvolvimento crítico do aluno em relação a si e ao mundo, levando-o a pensar, refletir, criar e tomar decisões.

Fundamentando-se na Educação Psicomotora, a prática pedagógica da Educação Física deve buscar um equilíbrio da personalidade do aluno, permitindo-lhe o pleno uso de seus direitos como homem e cidadão.

Ainda em relação às atividades corporais, os Fundamentos Curriculares (SME/RJ, 1991) citam alguns aspectos que o docente deverá considerar, em Educação Física, aspectos estes que já constavam do documento inicial. Ao se analisar tais aspectos, percebeu-se que os mesmos estão diretamente ligados ao desenvolvimento da cidadania:

- (a) métodos e técnicas de aprendizagem, dentro de uma perspectiva sócio-política e econômica, devem considerar a reflexão crítica sobre a realidade da sociedade em que o aluno vive e sobre o mundo que o cerca;
- (b) as atividades desportivas devem servir para buscar um sistema social, político e econômico que atenda às necessidades de uma vida mais justa e humana.

O atual documento oficial(1991), na parte referente ao componente Educação Física, acrescenta que "seu objeto maior é a formação de um individuo ideal de características altruístas e co-optável, capaz de se integrar em qualquer sociedade"(p.37). E ainda enfatiza, tratando da questão metodológica aberta, que possibilite desdobramento de responsabilidade, organização e um agir alternativo. Tal metodologia a Secretaria de Educação acredita ser a resolução de problemas, por considerar que essa é "a situação de aprendizagem mais adequada, pois oportuniza a existência do diálogo" e possibilita ao aluno "através de Conteúdos Significativos, isto é, relacionados com as suas vidas, vivenciar em aula, pelas próprias experiências, situações de conflito"(p.38).

Nos diferentes componentes do currículo, ligados à Educação Artística, em ambos os documentos, o aluno é levado a se relacionar com a realidade e com seu cotidiano, por meio do seu poder de criação, e, portanto, de redimensionamento dessa mesma realidade, com novas perspectivas.

Isso ocorre em Artes Cênicas, quando é proposto que o trabalho estimule o aparecimento da consciência crítica dos alunos, visando a uma participação efetiva dos membros como sujeitos de suas ações, tanto na escola quanto na vida em sociedade. Percebeu-se, como pressupostos orientadores das Artes Cênicas, os que se relacionam a seguir:

- (a) contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, pela representação das máscaras sociais, quando são ampliadas suas possi-

bilidades de melhor compreensão do real que elas representam;

(b) proporcionar atuação consciente na realidade em que o aluno vive, contribuindo para a formação de grupos e para a conquista de espaços comunitários.

Da mesma forma, nas Artes Plásticas, é enfatizado que o currículo escolar não pode deixar de lado a vivência do aluno, cabendo-lhe aprofundar experiências já vivenciadas e incentivar, cada vez mais, a expressão de novas descobertas.

A Música, dentro da mesma visão, ressalta que não se trata de uma educação que, levando em conta o universo cultural do educando, capacite-o à reelaboração desse mesmo universo.

Em relação ao ensino das Ciências, é demonstrada a necessidade de um repensar, tomando como base o objetivo que a Secretaria de Educação entende como o maior da Educação - formação de cidadão crítico e participante dos problemas da Sociedade, tendo em vista a melhoria da sua qualidade de vida.

Ao se analisar a fundamentação do ensino das Ciências, observou-se essa preocupação quando são enfatizadas questões que incluem aspectos relativos à Saúde, Educação Ambiental, Educação Sexual, como formas de propiciar a reflexão crítica, condição que entendeu-se como necessária na formação de um cidadão capaz de ser agente da melhoria da sua qualidade de vida. Observou-se, ainda, que essa foi a postura apresentada desde o texto do documento inicial - Proposta Curricular.

Em relação à Matemática o texto do documento oficial Fundamentos Curriculares destaca que a mesma deverá se fazer presente por meio de um trabalho que possibilite a participação do aluno como sujeito do processo de aprendizagem, a partir das experiências do seu próprio

cotidiano. Assim, esse componente propiciará a ligação entre o saber do aluno e o saber institucionalizado.

Fica claro que esse tipo de trabalho, aliado a uma constante valorização do grupo, do coletivo, tornará possível a compreensão mais ampla da realidade, pelo aluno, e favorecerá o processo de mudança social.

Os Fundamentos Curriculares mantiveram como posicionamento que, qualquer conteúdo, na Matemática, poderá ter uma dimensão política, que será realçada de acordo com a forma como se favorecerá a apropriação desse mesmo conteúdo, pelo aluno.

Concluiu-se que, a partir desses conteúdos, devem surgir oportunidades de muitas descobertas e, conseqüentemente, o aparecimento do ser crítico, reflexivo e criativo, à medida que se ampliam as possibilidades de participação efetiva do aluno na construção dos conceitos matemáticos.

Para tanto, a Secretaria Municipal de Educação indica, nos dois documentos: a vivência de situações-problema que despertem no aluno a curiosidade e o espírito indagador.

Percebeu-se que será por intermédio da problematização que se dará o desenvolvimento do raciocínio, do espírito crítico, da criatividade, requisitos necessários ao cidadão participante.

O atual documento Fundamentos Curriculares enfatiza esse compromisso, quando faz uma citação de Caraça(1984).

A atividade do homem, quer considerada do ponto de vista individual, quer do ponto de vista social, exige um conhecimento, tão completo quanto possível do mundo que o rodeia[...]. Quanto mais alto

for o grau de compreensão dos fenômenos naturais e sociais, tanto melhor o homem poderá defender-se dos perigos que o rodeiam; tanto maior será o seu domínio sobre a Natureza e suas forças hostis; tanto mais facilmente ele poderá realizar aquele conjunto de atos que concorrem para sua segurança e para o desenvolvimento de sua personalidade; tanto maior será, enfim, a sua liberdade(p.77).

Em relação à Integração Social, o texto do atual documento oficial demonstra que o pretendido é a construção da noção devida em sociedade, pela criança, de modo que ela compreenda a vida social como um todo e não como um conjunto de fatos isolados. O aluno deverá perceber que existem diversos grupos sociais que vivem num determinado Espaço e Tempo, produzindo suas condições de vida através do trabalho.

Observou-se que, em Integração Social, o processo de construção de conceitos também deve partir das vivências concretas do aluno e de tudo aquilo que ele conhece. A partir de um trabalho de exploração dos espaços vividos pelos alunos, da localização de si mesmo e dos outros, o espaço será percebido como resultado da ação do homem em sua relação com a natureza onde está é apropriada e transformada pelo trabalho, numa ação sócio-econômica e cultural, que deverá ser avaliada criticamente, já que, muitas vezes, essa apropriação leva ao desequilíbrio ecológico e à desigualdade social.

O aluno estudará outras formas de apropriação da natureza, por grupos de culturas diferentes, comparando-as com as formas de sua sociedade.

É proposto que o trabalho parta do grupo turma, que é um dos mais próximos da criança, e que analise outros grupos, como a família, a escola, sua comunidade e outras comunidades, bairro, cidade, estado. Assim, os alunos vão aprendendo a se localizar e, paralelamente, vão construindo sua identidade social e as condutas de convivência com outros grupos, enquanto cidadãos.

Tanto a Proposta como os Fundamentos sugerem ao professor a programação de atividades que envolvam a localização e contextualização espacial e temporal, através de jogos de movimentação, simbólicos (dramatização) e de construção (maquetes), os quais facilitarão o trabalho de representação gráfica do espaço (desenhos, mapas). Paralelamente, atividades que indiquem classificações e seriações possibilitarão melhor compreensão do espaço e do tempo vivido pelo aluno.

Todas as oportunidades devem ser aproveitadas para analisar, de forma crítica, as regras com que se organizam os grupos e as atividades, para que o aluno perceba que as regras são criações dos grupos e que prevalecem enquanto são por eles legitimados.

O componente Integração Social foi o que se percebeu, nos dois documentos, como apresentando fundamentação teórica que se preocupa, inteiramente, com a possibilidade de um trabalho voltado para a questão da cidadania.

Concluiu-se que os Fundamentos Curriculares (SME/RJ:1991), nos diferentes componentes que integram o currículo até a 4ª série do 1º Grau, apresentam fundamentação teórica que demonstra, da parte da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, uma real preocupação com

a formação do cidadão, posicionamento esse já explicitado claramente no documento inicial Proposta Curricular(SME/RJ,1988).

4.1.3. Os objetivos apresentados pelos diferentes componentes curriculares, e que direcionam o trabalho pedagógico para a questão da cidadania.

Em se tratando do componente Língua Portuguesa, o documento Fundamentos Curriculares(SME/RJ,1991) preconiza um trabalho centrado em atividades que levem o indivíduo a comentar fatos do cotidiano vivido na escola e em outros grupos sociais e a entrevistar pessoa com as quais ela conviva, ou não. O indivíduo deverá, também, planejar e avaliar atividades. Percebeu-se que, neste componente, há, nos dois documentos, preocupação com a questão da cidadania, já que são propostos objetivos que possibilitam que os alunos se tornem sujeitos de sua própria linguagem, sendo capazes de lutarem por uma sociedade mais justa, reafirmando sua liberdade de cidadãos.

Alterações nos objetivos expressos no documento inicial Proposta Curricular(SME/RJ,1988) - ocorreram apenas nos verbos que especificam os comportamentos a serem demonstrados pelos alunos.

Em se tratando de objetivos, para Educação Física, o importante é o indivíduo identificar diferenças e semelhanças, selecionar regras, criar atividades que permitam a participação de todos, assim como avaliar a importância das relações inter-pessoais e intergrupais e as diferentes formas de organização das atividades executadas nas aulas. Este componente propõe, também, que o aluno possa reformular conceitos de acordo com os resultados das experiências vividas individualmente e em grupo. Observou-se que o componente Educação Física é um dos que mais enfatiza a questão da Cidadania, propondo, nos dois documentos, um

processo onde o professor e aluno possam construir uma educação democrática.

A Educação Artística mobiliza o ser humano numa relação além do sensório e além do explicável, por processos meramente racionais.

Em se tratando de Artes Cênicas, destacam-se os seguintes objetivos relacionados à questão da cidadania: dramatizar histórias criadas pelo grupo, vivenciando personagens reais ou imaginários, para favorecer a socialização do grupo e a construção de suas personalidades; desenvolver a auto-estima do aluno, contextualizando cenicamente suas idéias e ações para reforçar a identidade individual e social.

Também em Artes Plásticas, verificou-se que ocorre a preocupação com o desenvolvimento da cidadania em objetivos tais como: trabalhar lúdicamente o passado, o presente e o futuro em diferentes espaços, criar contextos fantásticos, utilizando formas retiradas de seu tempo histórico original e, finalmente, mobilizar a curiosidade, a fantasia e o poder de criação através do contato com objetos culturais.

Nesse componente da Educação Artística, alguns objetivos sofreram reestruturação. Percebeu-se que tais mudanças serviram para melhor clarificar as intenções das Artes Plásticas, no trabalho de formação do cidadão.

No componente Música, são os seguintes os objetivos que enfocam a cidadania: vivenciar manifestações musicais de caráter folclórico, popular e erudito, do seu grupo cultural e de outras culturas e épocas; comparar estruturas sonoras retiradas do que foi criado em sala de aula, ou do repertório folclórico, popular e erudito, estabelecendo relações de semelhanças e diferenças; e criar novas propostas (estruturas sonoras) a partir das formas musicais presentes no ambiente cultural do educando e a partir de formas musicais criadas em outros ambientes. Nesse compo-

nente, ocorreu, no texto do documento inicial, o acréscimo de dois objetivos relacionados à questão da cidadania: vivenciar os hinos cívicos como expressão da cidadania e conscientizar-se do papel da Arte na história do homem, através da análise contextual da Arte e de sua história.

Em Ciências, constatou-se que houve total reestruturação nos objetivos ligados à cidadania, apesar de que, no documento inicial, tal questão não havia deixado de ser abordada. São os seguintes os novos objetivos apresentados nos Fundamentos Curriculares: analisar que o homem, desde que surgiu, vem criando sua cultura e modificando sua relação com a natureza; identificar Ciência e Tecnologia como produto da inteligência e necessidade do homem; identificar os seres vivos como "partes" dos ciclos da natureza; concluir que o homem foi, é e será um dos integrantes da natureza; identificar o homem como ser crítico, político, consciente e com nova ética, mais do que um conjunto integrado de sistemas e aparelhos; analisar Ciência e Tecnologia como produtos da inteligência e da necessidade do homem; e concluir que, numa sociedade ética, Ciência e Tecnologia devem estar a serviço da qualidade de vida de todos.

Em Matemática, os objetivos que tratam de um trabalho relacionado à formação do cidadão demonstram a preocupação de que o aluno construa o conhecimento matemático. Tal preocupação que aparece nos Fundamentos Curriculares, não ficava evidente no documento inicial.

No componente Integração Social, observou-se que os objetivos que visam à formação de cidadania ficaram assim especificados: perceber e expressar semelhanças e diferenças dos grupos em que faz parte; identificar-se socialmente nos diversos grupos; levantar, comparar e criticar as diferentes regras de convívio social. Ainda dentro de Integração Social, percebeu-se a ênfase na questão da cidadania, quando o componente propõe que o aluno venha a concluir que, em todos os grupos

sociais, há regras e papéis sociais; venha também a compreender que as relações de trabalho definem o posicionamento dos indivíduos nas classes sociais; além disso deverá avaliar criticamente seu posicionamento enquanto membro dos diferentes grupos em que convive e atua e elaborar, coletivamente, novos códigos, assim como caracterizar e comparar o cotidiano da vida no presente e passado recente. A mesma preocupação percebeu-se nos objetivos: compreender que a cidadania é um processo de participação e atuação dos indivíduos na sociedade em que vivem e que a história é construída pelos homens; observar e perceber as diferentes realidades espaciais e ver que essas diferenças são resultado da ação econômica, social e cultural dos homens e suas idéias; comparar formas diferenciadas de organização sócio-cultural e econômica num mesmo espaço e tempo; posicionar-se criticamente frente ao uso de objetos e do espaço em que vive; compreender que as relações de trabalho e de propriedade definem o posicionamento dos indivíduos nas classes sociais; identificar que as relações de interdependência e complementariedade existentes entre as atividades econômicas; perceber que a produção e os benefícios dessa produção são controladas por uma parcela minoritária da população; perceber, também, que as relações entre os diferentes grupos foram estabelecidas a partir do processo de colonização. Também encontrou-se a questão da cidadania, quando este componente propõe que se trabalhe, com o aluno, para que ele venha a concluir que a interligação das unidades espaciais segrega e hierarquiza o espaço.

Nos objetivos ligados não só ao Brasil-Colônia, mas também à época Imperial o documento propõe que o aluno venha a avaliar o significado da ação colonizadora sobre o cotidiano; a identificar a relação de dominação e exploração; a identificar e compreender as diferentes manifestações de resistências ao poder colonial; a identificar as transformações no cotidiano após a vinda da Corte Portuguesa e após a indepen-

dência política; a identificar o caráter restrito e autoritário do poder imperial, o grupo dos proprietários como base do poder; a comparar as diferentes formas de resistência ao governo imperial e a compreender que o conjunto das ações dos diferentes grupos humanos constitui um processo que se transforma no tempo, produzindo a história.

Percebeu-se, na Proposta Curricular, que, nos aspectos ligados ao cotidiano da vida no Rio de Janeiro, a partir da era republicana, não foi dada a mesma ênfase, em termos da formação da cidadania, como ocorreu nas demais épocas históricas. Entretanto, nos Fundamentos Curriculares, tal aspecto foi reestruturado, passando a ocorrer uma indicação de trabalho ligado ao desenvolvimento da cidadania, após a implantação da República. Novos objetivos são apresentados: concluir que em todos os grupos sociais há regras que delimitam os papéis sociais e definem relações de poder; compreender que a cidadania é um processo de participação e atuação dos indivíduos na sociedade em que vivem. Novos conteúdos são especificados: o cotidiano da vida dos grupos (do fim da escravidão ao trabalho livre); as relações de poder (nas grandes propriedades, nas cidades); organização político-administrativo; o Rio de Janeiro - capital da República; O Distrito Federal e finalmente o Estado do Rio de Janeiro.

Concluiu-se, pela análise do documento Fundamentos para Elaboração do Currículo Básico das escolas públicas do Município do Rio de Janeiro, que a Secretaria de Educação dá grande ênfase ao compromisso da Escola Pública com a preparação para o exercício consciente da cidadania.

Fica evidente, no texto do documento, um conceito de cidadania concebido como um processo construído pelo indivíduo de forma parti-

cipativa nas ações que desenvolve, no dia-a-dia da prática escolar. Isto se dá pela análise crítica da realidade construída.

O documento descreve, numa linguagem clara, os pressupostos básicos que fundamentam teoricamente a proposta de trabalho e especifica, por meio de objetivos bem detalhados, uma prática a ser desenvolvida. Ressalta-se, no entanto, que, em relação aos objetivos, alguns componentes curriculares detêm-se mais nessa especificação. São aqueles que maiores contribuições oferecem para o trabalho a ser coordenado pelo professor.

O componente Matemática apresentou, nos Fundamentos Curriculares, maior preocupação com a questão da cidadania, do que havia demonstrado no documento inicial. No entanto, ao especificar objetivos, ainda não contribui efetivamente para um trabalho voltado para a proposta que apresenta na sua fundamentação teórica - qualquer conteúdo matemático poderá ter uma dimensão política.

Tendo analisado os Fundamentos Curriculares, em confronto com a Proposta Curricular, observou-se que grande parte do texto dos dois documentos apresenta-se idêntico. Tendo a Secretaria Municipal de Educação divulgado uma ampla consulta aos docentes a respeito do documento inicial, questiona-se se aqueles profissionais não fizeram propostas de mudança, em relação à parte filosófica e metodológica já que, principalmente essa parte, continuou praticamente igual nos dois documentos. Não se sabe se, na verdade, a maioria dos professores concorda teoricamente com a filosofia expressa no documento oficial, embora, na prática, não fundamentem suas ações em tal filosofia.

4.2. Opiniões dos elementos do Nível Central da SME/RJ, sobre a divulgação e implementação do documento oficial.

Como se pretendia verificar quais as estratégias empregadas pela Secretaria Municipal de Educação para divulgação e implementação do documento oficial _ Fundamentos Curriculares _ entrevistou-se a Chefia do Departamento de Currículo e os elementos representantes das Equipes de Supervisão e Orientação Educacional, investigando-se quais foram essas estratégias empregadas.

Segundo as Equipes de Supervisão Educacional _ SE e de Orientação Educacional _ OE, foram realizadas reuniões com o propósito de divulgar os Fundamentos Curriculares. Percebeu-se, no caso das respostas dada pela Equipe de SE, que tais reuniões ocorreram com os Especialistas de Educação lotados nos Distritos de Educação e Cultura_E-Decs e nas escolas. Outra estratégia apontada pelas duas equipes foram os Cursos de Treinamento. Esta estratégia foi enfatizada pela Chefia do Departamento de Currículo como aquela amplamente empregada. Junto às escolas de Horário Parcial, que compreendem a Rede Regular de Ensino, apenas foram realizados Curso de Capacitação por Pólos, envolvendo dois E-DECs, escolhidos por apresentarem baixo índice de aprovação. Durante a Semana de Alfabetização, no ano 1990, foram realizados também Cursos De Capacitação. O mesmo ocorreu durante o 1º Congresso Latino Americano, promovido no ano de 1991.

Percebeu-se, pela análise das colocações feitas pela Chefe do Departamento de Currículo, que as Escolas de Tempo Integral, que compreendem os Centros Integrados de Educação Pública _ CIEPs mereceram maior preocupação da SME/RJ, em termos de Cursos de Capacitação. Para os CIEPs foram desenvolvidos encontros quinzenais com professores orientadores_POs e cursos para os professores que trabalham com Atividades Integradas.

Outra estratégia empregada foi a utilização de material impresso. Tanto a Chefia do Departamento como a Equipe de SE indicaram essa alternativa. Foram citados materiais, tais como: Boletins Informativos e apostilas com Sugestões Metodológicas, encaminhados às escolas em 1990, e os documentos _ Cidadão Brasileiro, Ecologia e qualidade de Vida e Guia Metodológico, que serão enviados para os professores em 1992.

A Chefia do Departamento de Currículo ainda mencionou: ações junto às direções de escola e aos E-DECs e o Projeto produção do texto-infantil.

Buscou-se saber do retorno que a Secretaria Municipal de Educação tem do alcance de cada uma das estratégias de divulgação. As equipes de Orientação e Supervisão não apresentam dados indicativos de retorno em relação ao trabalho com os Fundamentos Curriculares, tendo falado, apenas, das atividades específicas de Orientação e Supervisão.

A Chefe de Departamento argumentou que, "se considerar como retorno a reversão do quadro de desempenho, não houve grandes alterações, pois deverá ficar em torno de 5% positivamente". Também salientou que em educação "tudo demora muito", sendo bem típico do professor reagir as transformações, "fechando-se às possibilidades de avanço." Ainda em relação ao retorno considerou que houve necessidade de uma diversificação nas estratégias, porque a Secretaria de Educação percebeu que, nos momentos de discussão teórica, não conseguiram "penetração". Sendo assim, nos Cursos de Capacitação, a Secretaria de Educação procurou fazer com que os professores participassem da ação e discutissem o objetivo das atividades desenvolvidas durante os cursos.

Em relação às estratégias de implementação, a Equipe de Supervisão Educacional mencionou que foram utilizadas, junto às escolas de

Horário Parcial, encontros através de Cursos Rápidos, divididos por Pólos, tendo como objetivo atingir a todos os Supervisores. Tais cursos não tiveram caráter obrigatório. Também houve oportunidade dos Supervisores Educacionais participarem da Semana de Alfabetização, ocorrida em 1990, e de dois Encontros diretamente direcionados a estes profissionais. Foi prevista uma permanente Consultoria que atendesse as escolas e os E-DECs visando à possíveis esclarecimentos em relação ao novo trabalho. Já a Equipe de Orientação Educacional deixou claro que as estratégias de implementação foram mais direcionadas para os CIEPs, cujos profissionais reúnem-se em vários momentos com as equipes que coordenaram a elaboração dos Fundamentos Curriculares. As escolas de Horário Parcial não foram contempladas nesses momentos.

Em relação às estratégias de implementação, também consultou-se as Equipes dos diversos componentes curriculares. Para essas equipes, tais estratégias foram basicamente direcionadas aos professores Orientadores dos CIEPs, através de cursos quinzenais. Para os professores das escolas de Horário Parcial, tais atividades foram realizadas através de dois Pólos. Para a totalidade da Rede Oficial, foram enviados materiais gráficos, tais como: Boletins Informativos, Sugestões Metodológicas, livros de Literatura e ainda materiais didáticos como a Régua de Cusinier, acompanhada de fundamentação teórica, por meio de apostila.

As Equipes de Orientação e Supervisão, em relação ao acompanhamento dessa implementação, informaram que não existe, na prática, previsão desse trabalho, nem existe uma pesquisa de campo a esse respeito. Quanto a uma possível receptividade por parte dos professores, a Supervisão indicou que, principalmente em relação às escolas de Horário Parcial, embora haja pouco contato com as mesmas, existe a percepção de que a proposta está, ainda, muito em nível de discurso. A Equipe de

Orientação enfatizou que existe uma receptividade maior por parte dos professores que trabalham nos CIEPs, porque eles tiveram maior acesso aos cursos e grupos de trabalho. A maioria das Equipes dos componentes curriculares apresentou opinião semelhante aos depoimentos das Equipes de Supervisão e Orientação, que consideram que não ocorre acompanhamento. Nesse sentido as Equipes dos componentes curriculares indicaram que ele existe junto aos CIEPs. Já os profissionais das Equipes de Educação Física, Música e Ciências consideram esse tipo de trabalho impossível.

Quanto à receptividade das estratégias, houve algumas divergências; por exemplo, o elemento da Equipe de Alfabetização considerou que está ocorrendo uma melhora em termos de receptividade.

A Equipe de Artes Plásticas argumenta que os professores alegam não saber trabalhar na linha proposta. A Equipe de Música adverte que outros órgãos deveriam fazer o trabalho de acompanhamento, no caso o Departamento Geral de Ensino - DGAE e os E-DECs.

Outro aspecto que se buscou investigar, por meio das entrevistas, foi a possibilidade que a Secretaria Municipal de Educação tem de garantir uma unidade conceitual, em termos de uma proposta de trabalho relacionada à cidadania.

Segundo a Chefia do Departamento de Currículo essa garantia, dentro das unidades escolares, será possível mediante a implantação de um Regimento Escolar Geral, discutido em 1991 e que deverá ser colocado em prática em 1992. Com base nesse Regimento Geral, caberá, a cada unidade escolar, a elaboração do seu próprio Regimento, baseado na sua realidade.

Para a equipe de Orientação não existe garantia da

manutenção da unidade conceitual, considerando-se a extensão da Rede de Escolas e a falta de um acompanhamento. Apresentaram opinião semelhante à Equipe de Orientação, os componentes Ciências e Educação Física. A Equipe de Língua Portuguesa enfatizou a dificuldade dessa manutenção, citando a questão da existência de muitos livros didáticos fora da filosofia e da proposta metodológica dos Fundamentos Curriculares.

Já para Equipe de Supervisão a questão principal não é a de buscar a manutenção de uma unidade, mas sim de deixar claro o trabalho de formação de um aluno capaz de exercer o seu papel de cidadão na Sociedade, de tal forma que ele tenha seus direitos salvaguardados, e que participe da construção de sua História.

Na opinião dos elementos das Equipes de Matemática e de Alfabetização não se consegue manter uma unidade conceitual nos primeiros momentos de implantação de uma proposta. Ela só é obtida a longo prazo.

A Equipe de Artes Plásticas reforça que a manutenção da unidade conceitual parte da interdisciplinaridade. Para a Equipe de Música essa garantia deveria acontecer através do Departamento Geral de Ensino.

As Equipes Pedagógicas, na opinião de elemento de Educação Musical, deve caber apenas o fornecimento de sugestões. O acompanhamento dessa unidade conceitual seria uma atribuição do Departamento acima referido.

A Equipe de Integração Social também não visa à manutenção da unidade conceitual, tendo considerado que as divergências fazem parte da vida em sociedade.

A Chefia do Departamento considera que a veiculação das idéias sobre cidadania, no cotidiano da escola, e as formas empregadas para percepção da veiculação, partem de todas as ações articuladas, desde a questão das discussões do Regimento Escolar, até a um pequeno projeto de Administrador Mirim. Em 1990, a Secretaria promoveu um projeto "Cidadão Brasileiro, realidade ou ficção", elaborado por alunos da Rede Escolar. Ele será ampliado com a temática "Cidadão Brasileiro, ecologia e qualidade de vida" que se desenvolverá a partir de apostila elaborada pela Secretaria Municipal de Educação e que será enviada a todos os professores. Tal apostila apresenta várias atividades, incluindo textos que darão subsídios para que os professores trabalhem dentro dessa nova visão de cidadania. A partir desse trabalho, serão escolhidos alunos representantes de cada escola, como delegados. Eles se reunirão em Mini-Assembléias, nos E-DECs. Depois serão feitas reuniões por Pólos, gerando uma discussão maior a partir dessa temática.

A Equipe de Orientação considera que, apesar de existir a veiculação dessas idéias, não é seguro afirmar que estão presentes no cotidiano das escolas; contudo muitas vêm realizando atividades que procuram ter como alvo, o aluno participativo, atuante, líder e questionador. Opinião essa com que as Equipes de Alfabetização e de Artes Plásticas estão de pleno acordo.

Já as Equipes dos componentes de Língua Portuguesa, Ciências, Matemática e Integração Social preferiam descrever as formas empregadas para percepção da veiculação, nas escolas, das idéias propostas sobre a questão da cidadania. Foi citado, por exemplo, o Projeto desenvolvido, em 1990, já referido no presente capítulo - "Cidadão Brasileiro, realidade ou ficção", no qual ficou explícito que o maior compromisso da escola é o de formar cidadãos.

O componente Educação Física observou que, para existir tal veiculação no cotidiano escolar, há necessidade de que o professor, primeiramente, exerça a prática da cidadania consigo mesmo. Que ele perceba seus direitos e participe de tomada de decisões; que antes de mudar a sua postura em relação à Educação tenha consciência do seu papel como cidadão.

Buscou-se ainda, investigar, o enfoque dado pelos diferentes componentes à questão da cidadania. Percebeu-se, através da análise das respostas dadas nas entrevistas, que as Equipes de Alfabetização, Língua Portuguesa, Educação Física, Ciências, Artes Plásticas e Música referiram-se à cidadania dentro de uma mesma concepção. Disseram de um trabalho ligado: à participação, à construção do conhecimento, à discussão sobre o contexto social do aluno e ao respeito à sua forma de expressão.

A Equipe de Integração Social observou ainda outros pontos, tais como: o resgate da identidade e o papel do homem em todo o processo de modificação e transformação, tanto do meio quanto das relações sociais e da organização Espacial. O elemento da Equipe de Matemática apenas afirmou que tal componente está todo voltado para o social, para a socialização, traduzido, no seu entender, como trabalhar em grupo. Procurando observar o entendimento das Equipes dos componentes curriculares, em relação aos conceitos de Cidadania e de Democracia, solicitou-se que definissem tais termos.

As Equipes de Alfabetização e Língua Portuguesa não definiram estes conceitos. Esclareceram que os Fundamentos Curriculares preservam a questão da Democracia e da Cidadania, quando permitem que o aluno participe das decisões, saiba respeitar e seja respeitado, que tenha autonomia para decidir o que é melhor para sua vida, percebendo que ele tem direitos e deveres, a partir de regras estabelecidas pelo seu grupo.

A Equipe de Educação Física definiu Democracia como sendo "o respeito a que o cidadão exerça seus direitos e, no exercício de seus direitos, ele tome consciência de seus deveres" e Cidadania "como a condição de o indivíduo participar ativamente no seu grupo social".

Para a Equipe de Artes Plásticas, Democracia "é o direito da criança ao acesso às informações desde a pré-escola, o direito a fazer críticas, a entender o que os artistas querem transmitir, sem com tudo isso ter obrigação de gostar da manifestação artística". Em relação à Cidadania, citou os artistas da Semana de Arte Moderna de 1922, quando os mesmos se propuseram a voltar às raízes brasileiras; aos temas nacionais; ao respeito às tradições brasileiras_folclore.

A Equipe de Música restringiu-se à definição de Democracia: deixar que o aluno se expresse mais livremente dentro da música.

Na visão da Equipe de Ciências, para se viver numa Democracia, é preciso uma prática permanente da cidadania, porque elas caminham juntas. O importante é que o aluno pratique seus direitos e tome consciência de seus deveres.

Democracia, para a Equipe de Matemática, só ocorre quando existe o respeito pelo trabalho coletivo, respeitando-se as regras estabelecidas pelo grupo.

A Equipe de Integração Social declarou que se exerce a Cidadania "quando se toma consciência da importância do papel do ser humano nas decisões do grupo, quando o mesmo consegue exigir seus direitos e perceber seus deveres". A Democracia "passa por diferentes instâncias, porque vivemos num mundo macro e as decisões devem obedecer essas instâncias", conforme depoimento da Equipe.

Ao se indagar a respeito do enfoque pedagógico relacionado aos conceitos apresentados pelos elementos entrevistados, enfoque esse que deveria definir os pressupostos básicos que caracterizam a proposta educacional defendida pela Secretaria Municipal de Educação, não se obteve resposta de nenhuma das Equipes consultadas. Sem indicar uma Tendência Educacional, os profissionais, em geral, limitaram-se a descrever uma opção metodológica.

Ressalta-se que houve dificuldade de se realizar a entrevista com os elementos da Equipe de Artes Cênicas, que não se mostraram disponíveis para realização dessa atividade.

Pela análise dos dados coletados, percebeu-se que a estratégia básica empregada pela Secretaria Municipal de Educação, para a divulgação e implementação do documento oficial, constituiu-se de reuniões, às vezes caracterizadas como Cursos de Capacitação ou Encontros. Outra estratégia, também amplamente citada, foi o envio de material impresso.

Concluiu-se que tais estratégias, no entanto, estão mais voltadas para uma orientação junto aos CIEPs. As escolas de Horário Parcial recebem esporadicamente embasamento nesse sentido.

Quanto à receptividade dos Fundamentos Curriculares pelos docentes, a Secretaria Municipal de Educação parece não possuir dados indicativos, justificando tal situação ou pela demora da efetivação de idéias no campo educacional, ou pelo elevado número de escolas pertencentes à Rede Pública.

Tal falta de dados talvez se deva a um não acompanhamento, pelo nível central, da ação desenvolvida nas escolas. Algumas Equipes chegam a considerar impossível esse acompanhamento. Outras chegam a afirmar que não há como manter unidade conceitual no âmbito da Rede Oficial, em relação a um trabalho ligado à cidadania. Outras consideram que não há necessidade de manter a unidade conceitual, já que se vive

num macro-Sistema.

Até mesmo ao conceituarem Cidadania e Democracia, algumas Equipes demonstram uma não coerência entre a fundamentação teórica expressa no documento oficial, e o seu próprio discurso teórico apresentado durante a entrevista.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1. Conclusões

. As idéias expressas nos Fundamentos Curriculares apresentam-se coerentes com o próprio título do documento que, ao se apresentar como básico, deixa as escolas com autonomia para a elaboração e direcionamento de um currículo adequado à sua realidade.

. Os pressupostos teóricos expressos no documento Fundamentos Curriculares apresentam-se adequados ao momento atual da Sociedade brasileira, que exige uma proposta pedagógica progressista que enfatize a formação de um cidadão crítico, reflexivo e participativo.

. A maioria das escolas da Rede Oficial de Ensino da Secretaria Municipal do Rio de Janeiro parece não estar trabalhando com os Fundamentos Curriculares, já que a Secretaria está mais voltada para os CIEPs.

. Os professores da Rede Oficial não devem estar receptivos ao documento Fundamentos Curriculares, já que não se percebe um trabalho efetivo junto às escolas.

. As Equipes Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação vêm-se como definidoras de diretrizes e divulgadoras de sugestões metodológicas, não parecendo haver compromisso com o trabalho que efetiva-se na unidade escolar, já que não existe um acompanhamento das novas diretrizes de Currículo.

5.2. Recomendações

. A presente pesquisa foi um primeiro passo em relação às investigações que necessitam ser feitas, a fim que a Secretaria Municipal de Educação perceba se as suas estratégias de divulgação e implementação dos Fundamentos Curriculares estão sendo eficazes.

. Recomenda-se que a Secretaria de Educação elabore um Projeto de Pesquisa a partir de uma amostra do universo das escolas oficiais que compõem a Rede Pública, incluindo representantes não só dos CIEPs, mas também das escolas de Horário Parcial. Tal Projeto teria a finalidade de fornecer, à Secretaria de Educação, indicadores referentes à implementação dos Fundamentos Curriculares, dados que, hoje, seus profissionais não possuem.

. As Equipes Pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que se percebeu como já tendo sentido a importância de se efetivar nas escolas um trabalho ligado à cidadania, devem promover mais atividades voltadas para implementação do documento Fundamentos Curriculares, extensivo a toda Rede Oficial.

. Recomenda-se um trabalho efetivo e constante de Capacitação Profissional junto aos docentes e aos Supervisores e Orientadores Educacionais dos E-DECs e das escolas, sendo que os dois últimos profissionais constituiriam-se em multiplicadores da proposta pedagógica, ao realizar o treinamento em serviço dos Professores Regentes.

. Outra opção que se pode recomendar é a utilização, junto aos professores, de uma estratégia de longo alcance, como o emprego de Módulos Didáticos.

A N E X O S

A N E X O 1

ROTEIRO DE ANÁLISE DO DOCUMENTO
FUNDAMENTOS PARA ELABORAÇÃO
DO CURRÍCULO BÁSICO DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DO
MUNICÍPIO DO RIO DE
JANEIRO

A N E X O 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA
CHEFE DA DIVISÃO
DE CURRÍCULO
E AVALIAÇÃO
DA SME/RJ

A N E X O 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA
CHEFE DA DIVISÃO
DE CURRÍCULO
E AVALIAÇÃO
DA SME/RJ

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA
CHEFE DA DIVISÃO
DE CURRÍCULO
E AVALIAÇÃO
DA SME/RJ

1. Estratégias de divulgação dos Fundamentos Curriculares.
2. Retorno do alcance de cada uma das estratégias de divulgação .
3. Garantia/possibilidade de manutenção da unidade conceitual dos Fundamentos Curriculares(articulação de trabalho integrado).
4. Veiculação das idéias sobre cidadania, no cotidiano da escola(Formas empregadas para percepção da veiculação).

A N E X O 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA DAS
EQUIPES DE ORIENTAÇÃO
E SUPERVISÃO EDUCA-
CIONAL DO NÍVEL
CENTRAL DA
SME / RJ

ROTEIRO DE ENTREVISTA DAS
EQUIPES DE ORIENTAÇÃO
E SUPERVISÃO EDUCACIONAL DO NÍVEL
CENTRAL DA
SME/RJ

1. Estratégias de divulgação dos Fundamentos Curriculares.
2. Retorno do alcance de cada uma das estratégias de divulgação.
3. Estratégias de implementação dos Fundamentos Curriculares.
4. Acompanhamento da implementação (receptividade das Diretrizes/Fundamentos pelos professores) e tipo (estratégia) de acompanhamento utilizado pela SME .
5. Garantia/possibilidade de manutenção da unidade conceitual dos Fundamentos Curriculares em todas as escolas _ Tipos de procedimentos.
6. Veiculação das idéias sobre cidadania no cotidiano da escola (Formas empregadas para percepção da veiculação).

A N E X O S 4

ROTEIRO DE ENTREVISTAS DAS
EQUIPES PEDAGÓGICAS DOS
DIFERENTES COMPONENTES
CURRICULARES DO
NÍVEL CENTRAL
DA SME/RJ

ROTEIRO DE ENTREVISTAS DAS
EQUIPES PEDAGÓGICAS DOS
DIFERENTES COMPONENTES
CURRICULARES DO
NÍVEL CENTRAL
DA SME/RJ

1. Estratégias de implementação dos Fundamentos Curriculares.
2. Acompanhamento da implementação (receptividade das Diretrizes/Fundamentos pelos professores) e tipo (estratégia) de acompanhamento utilizado pela SME).
3. Garantia / possibilidade de manutenção da unidade conceitual dos Fundamentos Curriculares em todas as escolas _ (execução de trabalho integrado).
4. Enfoque de cidadania expresso no componente curricular.
5. Veiculação das idéias sobre cidadania, no cotidiano da escola (Formas empregadas para percepção da veiculação).
6. Conceito de :
 - Democracia
 - Cidadania
 - Enfoque pedagógico relacionado aos conceitos de Cidadania e Democracia.

Julio Vato

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Lúcia de Sá. Constituinte e Constituição não são bicho-papão.
In: Atos e Fatos da Língua Portuguesa. Petropolis:Voices, 1986.
- BOGOMOLETZ, Davi L. Crise da cidadania-paroxismo da individualidade.
Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.100, p.31-52, jan./mar.
1990.
- BRASIL. Congresso Nacional. Nova Constituição do Brasil. Rio de Janeiro
Auriverde, 1988.
- BRETON, Moysés. Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º Graus.
7ed. São Paulo: Pioneira, 1977.
- CARAÇA, Bento de Jesus. Conceitos Fundamentais da Matemática. Lisboa:
Livraria Sá da Costa, 1984.
- CAVALCANTI, Rosa Maria Niederauer Tavares. Conceito de cidadania: sua
evolução na educação brasileira a partir da República. Rio de Janeiro:
Senai, 1989.
- COELHO, Lígia Martha C. da Costa. Quando os números não refletem apenas
quantidades. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.100. p.5-8.
Jan./mar.1990
- DEMO, Pedro. Cidadania & emancipação. Revista Tempo Brasileiro, Rio de
Janeiro, n.100, p.53-72, jan:/mar.1990.
- DICIONÁRIO de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,
1986.
- DUARTE, G.D. Brasil. Síntese da organização social e política. Belo Hori-
zonte:Lê, 1982

DUTRA, Marina L.S. Treinamento e cidadania: hoje em binômio possível?

In: Anais do XVIII Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional, 1986. Rio de Janeiro:ABI,1987. p.184-195.

LUCKESI, Cipriano C. Educação e cidadania: contribuições da Tecnologia educacional. In: Anais do XVIII Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional,1986. Rio de Janeiro:ABI,1987.p.32-57.

MACCALÓZ, Salete Maria Polita. Cidadania ativa e direitos humanos. Revista Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n.100p.73-81, jan./mar., 1990.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O valor do ensino público. CERED,1(4),1989.

NOVO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA.2ed. Rio de Janeiro:Nova Fronteira,1986.

PILETTI, Nelson. Estrutura e Funcionamento do ensino de 1º Grau. 7ª ed. São Paulo: Ática,1987.

RODRIGUES, Neidson. Educação básica e cidadania. In:Anais do XVIII Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional,1986. Rio de Janeiro: ABI,1987.p.59-78.

SECRETARIA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Fundamentos para elaboração do Currículo básico das escolas públicas do Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,1991.

TREIN, Eunice S. Educação popular : instrumento de fortalecimento da sociedade civil, desafio dos anos 80. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,1987.

TREIN, Eunice S. Educação popular e cidadania. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.100, p.117-123, jan./mar.1990.